

**Proposta PVLPM n.º 29/2020**

**Proposta da Vereadora dos Pelouros da Educação, Intervenção Social e  
Saúde**

**Início de Procedimento Regulamentar para Elaboração e Aprovação do  
Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino  
Superior do Município da Guarda**

**Considerando que;**

Considerando que a educação e a formação concorrem para uma sociedade mais justa e equilibrada, capaz de responder à contínua mudança que caracteriza o mundo contemporâneo;

Considerando que o Município da Guarda pretende, de forma estruturada, transversal e multidisciplinar, contribuir para promover o desenvolvimento educativo dos jovens do Concelho;

Considerando que a atribuição de apoios económicos se reveste de crucial relevância enquanto forma de minorar desigualdades económicas e sociais, concretamente no caso de famílias economicamente vulneráveis, incentivando o acesso dos estudantes ao ensino superior;

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, deve tornar-se público o início do procedimento conducente à elaboração do projeto de Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior do Município da Guarda;

Após a publicitação do anúncio do início do procedimento regulamentar administrativo, podem constituir-se como interessados e apresentar contributos ou sugestões no âmbito do referido procedimento, os particulares e as entidades que comprovem ser titulares de direitos e interesses legalmente protegidos nos termos previstos no n.º 1 do artigo 68.º do CPA;

## PROPOSTA DA VERAÇÃO

Nos termos do n.º 1 do artigo 55.º do CPA, a direção do procedimento cabe ao órgão competente para a decisão final (sem prejuízo do disposto nos números seguintes);

Apesar de ser da Assembleia Municipal a competência para a aprovação do instrumento normativo, é a Câmara Municipal quem detém efetivamente o poder regulamentar na medida em que desencadeia o procedimento regulamentar, assume a instrução e elabora o projeto que consubstancia a proposta de regulamento a submeter ao órgão deliberativo para aprovação;

E se é a Câmara Municipal que detém o poder regulamentar é a ela que cabe a direção do procedimento para os efeitos consignados no artigo 55.º do CPA;

Devendo nessa medida - porque se trata de órgão colegial - proceder à delegação da direção do procedimento nos termos gerais contidos nos n.ºs 2 e 4 do artigo 55.º do CPA, ou seja, em membro do órgão, em trabalhador dele dependente ou em comissão interna da câmara (neste caso, desde que todos os seus elementos estejam identificados e seja definida a sua presidência), sendo que esta última permite a interdisciplinaridade.

Do referido até aqui resulta o âmbito material da deliberação que importa emanar e que dará início ao procedimento, importando que esta compreenda os seguintes aspetos:

1. Que decida desencadear o procedimento regulamentar tendente à elaboração e aprovação do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior do Município da Guarda;
2. Que o procedimento regulamentar se inicie a partir da data da presente reunião.
3. Que o regulamento em questão tenha como objeto a definição das condições de gestão, funcionamento e acesso às Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior do Município da Guarda;
4. Que a constituição de interessados e a apresentação de contributos à elaboração do « Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior do Município da Guarda » deverá processar-se no prazo de 10

dias úteis, contados do início do procedimento, por meio de requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal da Guarda, por carta registada com aviso de receção enviada para a Praça do Município, 6301-854 GUARDA, ou por correio eletrónico, neste caso endereçado para [regulamento.bolsas@mun-guarda.pt](mailto:regulamento.bolsas@mun-guarda.pt);

5. Que a direção do procedimento seja delegada nos termos gerais contidos nos n.ºs 2 e 4 do artigo 55.º do CPA, em comissão interna da câmara, composta pelos técnicos Alfredo Jose de Carvalho Madeira (Chefe de Divisão), Maria da Conceição Coelho dos Santos (Técnica Superior de Serviço Social), Sandra Manso Beirão Alpendre (Técnica Superior de Educação), todos da Divisão de Educação Intervenção Social e Saúde;

6. Que a publicitação do início do procedimento regulamentar tenha o seguinte conteúdo:

“Ao abrigo do previsto no artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e para os devidos e legais efeitos, publicita-se que a Câmara Municipal da Guarda, por deliberação tomada em sua reunião ordinária do dia -----, decidiu desencadear, o procedimento de elaboração do «Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior do Município da Guarda», o qual tem como objeto a definição das condições de gestão, funcionamento e acesso às Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior do Município da Guarda.

Mais se publicita que a constituição de interessados, para a apresentação de contributos à elaboração do «Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior do Município da Guarda» deverá processar-se no prazo de 10 dias úteis, por meio de requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal da Guarda, por carta registada com aviso de receção enviada para a Praça do Município, 6301-854 GUARDA, ou por correio eletrónico, neste caso endereçado para [regulamento.bolsas@mun-guarda.pt](mailto:regulamento.bolsas@mun-guarda.pt)”.

## PROPOSTA DA VERAÇÃO

Atento o exposto, e reunidas que estão as condições para proferir decisão, proponho ao digno órgão executivo que emane a competente deliberação, com o alcance material vertido nesta proposta, o que fará ao abrigo e nos termos consignados nos artigos 98.º e 55.º n.ºs 2 e 4 do CPA, e no uso da competência que lhe é conferida pela alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Guarda, 12 de fevereiro de 2020

A Vereadora da Câmara Municipal da Guarda

(Por Delegação de Competências de 2020.03.20)

*Maria Lucília Neves Pina Monteiro*

Maria Lucília Neves Pina Monteiro

Deliberação	<u>APROVADA POR UNANIMIDADE</u>
Votos a favor	<u>6 (seis)</u>
Votos contra	<u>      </u>
Abstenções	<u>      </u>
Reunião do Executivo	<u>2020/06/08</u>

*É fotocópia autêntica do original.*

*2020-06-09*

DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL
<i>Rita Teimão Figueiredo</i>
Rita Teimão Figueiredo Jurista - 1215